

# O PROGRAMA ESCOLA DA FAMÍLIA ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA: POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS E AVALIAÇÃO DE RENDIMENTO<sup>1</sup>

*Eduard Angelo Bendrath*

Este projeto foi desenvolvido no âmbito da Linha de Pesquisa “Políticas públicas, Organização Escolar e Formação de Professores” do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Entendemos políticas públicas como medidas e estratégias de caráter público definidas pela ação do Estado em virtude de necessidades e interesses da sociedade. Tendo como horizonte tais políticas, o governo paulista instituiu em 2003 com apoio da UNESCO e outros órgãos não-governamentais, o Programa Escola da Família, favorecendo o acesso das comunidades intra e extra-escolar a modelos de educação não formal, abrangendo toda a rede de escolas da Secretaria de Educação de São Paulo. O Programa Escola da Família (PEF) iniciou suas atividades em conjunto com a UNESCO para desenvolver no estado de São Paulo a Cultura da Paz através da abertura das escolas estaduais aos finais de semana para a comunidade local. O objetivo central foi o de fortalecer os laços entre comunidade e escola, na tentativa de reduzir a violência em seu entorno, oferecendo um espaço de lazer e cultura, além de fortalecer a escola pública como um todo. As atividades do Programa são orientadas por universitários que recebem uma bolsa de estudos para a atuação nas escolas, sendo tais atividades desenvolvidas dentro de quatro eixos que norteiam a elaboração dos cursos, oficinas e projetos das escolas aos finais de semana, são eles; Cultura, Trabalho, Esporte e Saúde. No final de 2006 com a troca de governo estadual houve um corte drástico de recursos destinados ao programa, e mais de 50% das escolas da rede estadual tiveram as atividades aos finais de semana encerradas por medida direta da Secretaria de Educação. Dessa forma, o objetivo geral deste estudo foi analisar o Programa Escola da Família tomando-o como política pública compensatória, averiguando o seu desenvolvimento junto às populações-alvo; nesse caso dados oficiais foram analisados e um censo foi aplicado para a verificação resultante da relação entre as propostas do Estado e o processo de Cultura da Paz da UNESCO. A metodologia usada obedeceu aos princípios fundamentais descritos na literatura para avaliação de políticas públicas, sendo dessa forma caracterizada como uma pesquisa de avaliação de processo. O lócus do estudo foi circunscrito à Diretoria de Ensino de Presidente Prudente, tendo como base quatro escolas estaduais posicionadas em regiões distintas da cidade. Assim os resultados mostraram que a gestão macro do PEF foca os resultados em metas quantitativas de participação de público, como observado no sistema de registro de projetos e público, ignorando os fatores qualitativos decorrentes do processo ensino-aprendizagem, ou de outros aspectos sociais que diretamente podem apresentar índices positivos para as comunidades, o que de certa forma é incoerente, tendo em vista os propósitos iniciais do programa. De acordo com o censo aplicado, o público participante das atividades aos finais de semana não possui interesse em reforço educacional regular, ou seja, a escola aos finais de semana é encarada como um espaço de lazer, esporte e convivência, não possuindo, na visão do público, espaço para atividades formais de competência das disciplinas da grade curricular dos ensinos fundamental e médio. Verificou-se também através do censo aplicado e das análises dos documentos, que a verticalização de algumas ações por parte da Secretaria de Educação não levou em consideração as especificidades das localidades onde as escolas estão inseridas, comprometendo os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade do programa.

---

<sup>1</sup> Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia - Campus UNESP de Presidente Prudente em Maio de 2010, sob a orientação do Prof. Dr. Alberto Albuquerque Gomes.